



Moção: Pela construção de novo Palácio da Justiça em Leiria

A incapacidade de garantir à Justiça, pilar fundamental da Democracia, condições para um eficaz desempenho da sua missão tem sido apontada como uma das falhas do sistema português, um cenário que, infelizmente, não é exceção em Leiria.

O Palácio da Justiça de Leiria desempenha um papel fundamental na garantia do acesso ao direito e à justiça, enquanto direito humano básico consagrado.

Com a criação de novas valências e serviços, as evidentes limitações físicas e funcionais do edifício, a falta de condições de trabalho de magistrados, advogados e funcionários judiciais e a falta de acessibilidades, o Palácio da Justiça de Leiria tornou-se manifestamente insuficiente para albergar os serviços a que se destina, penalizando, decisivamente, todos aqueles que ali trabalham e os próprios cidadãos. Além disso, temos vindo a assistir a uma dispersão de tribunais e secções cíveis pela malha urbana de Leiria, o que representa um enorme custo para o erário público, atendendo aos despendidos valores nos arrendamentos desses edifícios que ascendem aos 200 mil euros/ano.

Nos últimos anos, os atores judiciais e munícipes têm vindo a alertar para a importância de um novo Palácio da Justiça, uma intervenção urgente e indispensável, que tem sido pedida de forma recorrente junto do Ministério da Justiça, no sentido de solicitar a concretização desta obra, e para a qual já foi identificado o terreno contíguo ao Estabelecimento Prisional de Leiria.

A construção de um novo Palácio da Justiça é encarada como uma necessidade premente para garantir melhores condições de trabalho e de acessibilidades e para a qualificação dos serviços prestados ao cidadão, um investimento estruturante, unanimemente reconhecido como essencial para valorizar e dignificar a Justiça em Leiria.

As intervenções pontuais que têm sido efetuadas em nada contribuem para a resolução do problema de fundo, nem tão pouco cumprem a Lei das Acessibilidades.

É com elevada preocupação que registamos o acentuado estado de degradação do atual edifício, com sobrelotação dos espaços disponíveis e condições de segurança cada vez mais precárias, não existindo gabinetes suficientes para magistrados e serviços de inspeção, nem salas de testemunhas, nem um parque de estacionamento adjacente que inclua lugares suficientes para os trabalhadores, cidadãos e carrinhas celulares de arguidos detidos.

É urgente a criação de uma «Cidade Judiciária», um espaço dedicado à Justiça em Leiria, com a construção de novo Palácio da Justiça e um complexo de edifícios concentrado que agregue, num só espaço físico, moderno, amplo e multifuncional, os serviços dispersos.

Este cenário possibilitaria a concentração dos serviços, de forma sustentável, em edifícios centrais da propriedade do Estado, integrando dimensões de comodidade, de adequação funcional e de acessibilidade, e permitiria a criação de novas valências importantes para o nosso concelho, como a Secção Especializada Integrada de Violência Doméstica.

Acreditamos que a modernização das infraestruturas e das acessibilidades, a melhoria das condições de trabalho e o incremento da qualidade de atendimento aos munícipes será um



passo decisivo para reforçar a qualidade do sistema judicial, em particular no nosso concelho, e, desse modo, uma garantia das condições de segurança e do Estado de Direito, promovendo a igualdade de acesso à justiça para todos.

Queremos promover o desenvolvimento da região. Para tal, é importante a existência de espaços que tornem a justiça mais próxima dos cidadãos, mais acessível, mais inclusiva, mais eficiente e ao serviço do desenvolvimento económico e social do País. Estamos certos de que se nada for feito, o cenário atual será, cada vez mais, penalizador e negativo, o que significará que esta situação irá prejudicar, desde logo, a eficiência, a eficácia e o atendimento do público, bem como violar o princípio da igualdade, dificultando o acesso à justiça por parte de pessoas com deficiência motora.

Pelos motivos já mencionados, reivindicamos a construção de um novo Palácio da Justiça, num curto prazo, estando o Município de Leiria disponível para colaborar, dentro da sua esfera de competências, para a concretização deste projeto tão importante para Leiria.

A Câmara Municipal de Leiria entende que o Ministério da Justiça deve proceder à intervenção reclamada com a máxima urgência, definindo-se uma calendarização deste investimento e a sua posterior concretização, não deixando cair no esquecimento os muitos apelos realizados nos últimos anos.

Leiria, 24 de janeiro de 2023.

O Presidente da Câmara Municipal de Leiria



Gonçalo Lopes